

### OFÍCIO Nº 26/2022 - GP-J

Palmital, 05 de abril de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

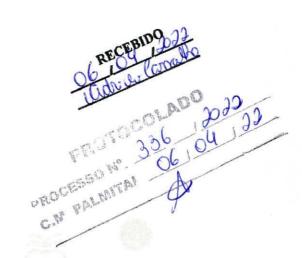
Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, conforme documento anexo, respostas aos Requerimentos nºs 13,14,15 e 16/2022 de autoria dos nobres vereadores, encaminhados através dos Ofícios nº 045 e 46/2022

Sendo o que tínhamos para este momento, reiteramos protestos de elevada estima e apreço.

LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES -PREFEITO MUNICIPAL-

À Sua Excelência o Senhor **FABIANO JOSÉ DOS SANTOS**Presidente da Câmara Municipal

Palmital – SP





## RESPOSTA AO REQUERIMENTO N°13/2022 – DE AUTORIA DO VEREADOR DERNIVAL ADNEI BARELA

#### Ref.: 1/3 Férias em pecúnia

Nobre Vereador, em atendimento ao vosso requerimento temos informar que o citado artigo 80, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, exprime uma faculdade ao servidor.

Contudo, o deferimento do requerimento está submetido ao poder discricionário do Gestor, ou seja, fica a critério da Administração, mormente pela necessidade de verificação da adequada alocação dos recursos financeiros e da organização dos serviços públicos.

Isso porque, foge da alçada do servidor decidir, por vontade própria, converter parte de suas férias em pecúnia ou, até mesmo, gozar o período de férias quando bem lhe interessar. Referida transferência de decisão ao servidor implicaria na transmissão da própria gestão do serviço público e do planejamento orçamentário à órbita do servidor individualizado. Nesse viés, segue o recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. FÉRIAS. ACUMULAÇÃO. DE MÁXIMO PERÍODOS. CONVERSÃO EM PECÚNIA. INTERESSE ADMINISTRAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DIREITO LÍQUIDO E CERTO. I - O Supremo Tribunal Federal, examinando os embargos de declaração no ARE 721.001/RJ, reconheceu a repercussão geral do tema debatido no presente recurso especial, o que, por si só, já demonstra à evidência, que o impetrante não tem, prima facie, o direito líquido e certo necessário à via eleita. II - Não há norma específica que sustente o direito, do servidor ativo, a ser indenizado, a qualquer tempo, pelo saldo de férias para o qual a Administração o conclama a usufruir, e este não o faz por sponte própria. III - Trata-se de situação que diverge da já assentada possibilidade de conversão em pecúnia de férias não gozadas, independentemente de requerimento administrativo, após a aposentadoria ou desvinculação do servidor, quando se verificaria o indevido enriquecimento sem causa do estado. Isto porque, a Administração necessita que seus servidores ativos sigam um planejamento de saídas para gozo de férias, a viabilizar a própria organização do serviço público. IV - Admitir que o servidor possa, a seu bel prazer, decidir acumular quantos períodos de férias quiser, seja para usufruir de forma acumulada ou parcelada, seja para receber o equivalente em pecúnia, quando lhe for conveniente, seria transferir ao servidor a própria gestão do serviço público e do planejamento orçamentário, permitindo a conversão das férias em pecúnia a milhares de servidores que, possivelmente, tenham o mesmo interesse seja na acumulação, seja na conversão em pecúnia.





V - Por outro lado, não se verifica, na espécie qualquer impedimento a que o servidor goze de novo período de descanso, já que todos os anos adquire novos períodos que lhe permitem fazê-lo. Apenas, não se verifica direito líquido e certo a agasalhar a pretensão de obrigar a Administração a conceder o gozo de saldo férias, a que o servidor se recusou a gozar no momento oportuno, muito menos o pagamento em pecúnia, a qualquer tempo. VI - Agravo interno improvido."

(AIRMS - AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 53651 2017.00.65973-0, FRANCISCO FALCÃO - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:14/06/2018)

Vale ressaltar, ainda, que desde que implementado o facultativo direito através do mencionado dispositivo legal, todos os requerimentos foram submetidos ao crivo do poder discricionário concedido ao Gestor Público, conforme noticiado pelo setor de Recursos Humanos do Município.

# RESPOSTA AO REQUERIMENTO N°14/2022 – DE AUTORIA DO VEREADOR DERNIVAL ADNEI BARELA

#### Ref.: Adiantamento salarial de servidores

Em 27/09/2018 a Promotoria de Justiça de Palmital ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de Não Fazer em face do Município de Palmital, Processo nº 1001880-02.2018.8.26.0415, requerendo, em síntese, que o Poder Público se abstivesse de conceder novos adiantamentos salariais aos servidores da Prefeitura, do SAAE e do SAS.

Em primeira instância, o feito foi julgado parcialmente procedente, destacando-se o seguinte trecho do *decisum*:

"Ante o exposto, julga-se procedente em parte o pedido inicial para imputar ao ré ua obrigação de não fazer, consistente na proibição de conceder novos adiantamentos salariais aos servidores da Prefeitura Municipal, do S.A.A.E. e do S.A.S. no atual contexto normativo vigente no município. Ficam ressalvados os adiantamentos já concedidos, como medida necessária para se resguardar a segurança jurídica, motivo pelo qual a presente decisão produzirá efeitos prospectivos(ex-nunc)."

